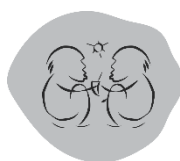
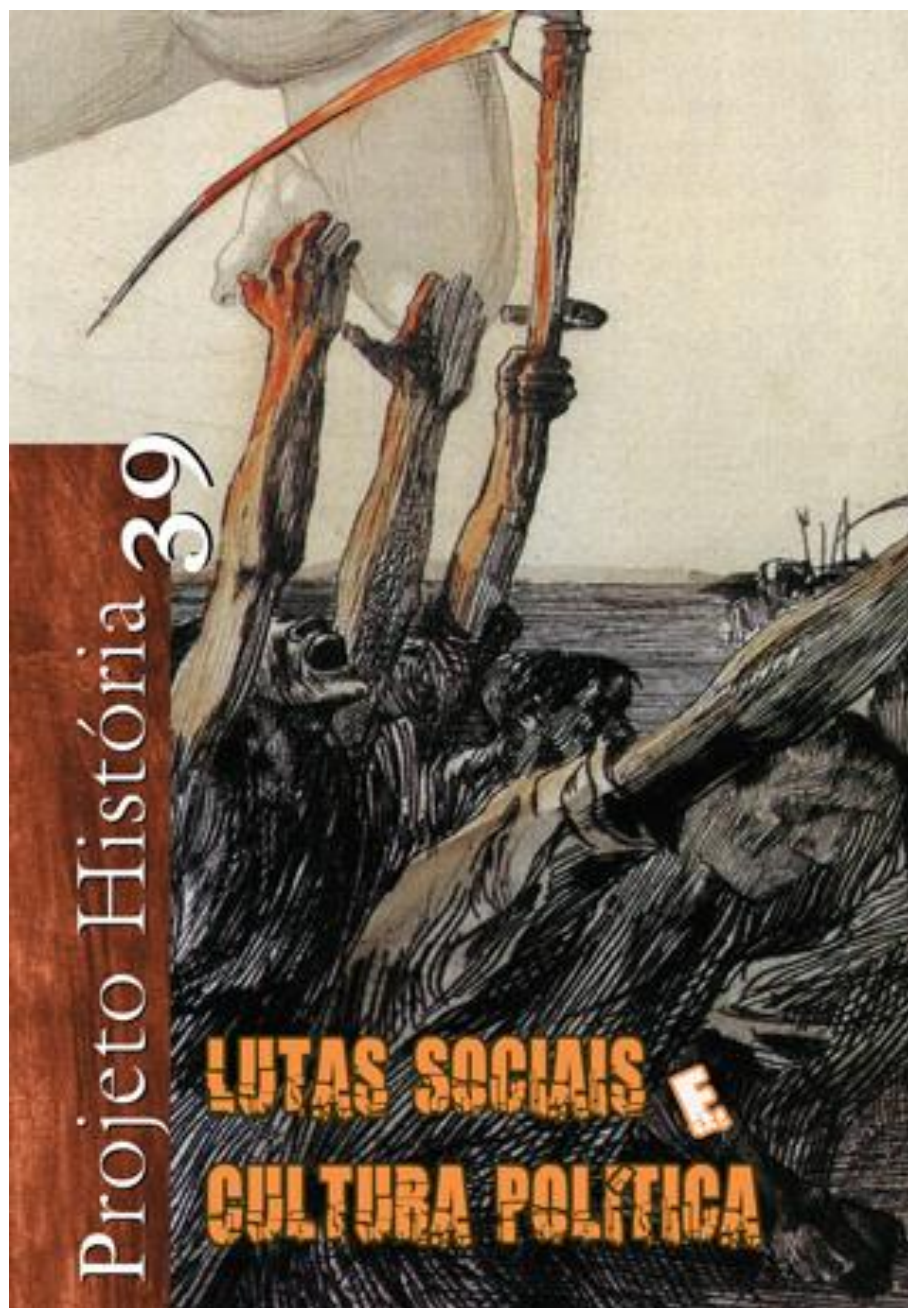
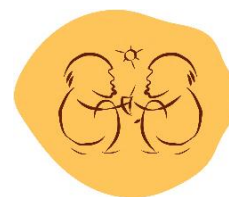


# Projeto História

PUC/São Paulo, SP, v.39, jul./dez.2009  
(Capa)



*Gilberto Luiz Alves*  
INSTITUTO CULTURAL

[www.icgilbertoluizalves.com.br/](http://www.icgilbertoluizalves.com.br/)

## A FRONTEIRA COMO DOMÍNIO DA VIOLÊNCIA: reportagens sobre o sul de Mato Grosso (1932)

Carla Villamaina Centeno\*

### Resumo

Este artigo trata da violência como um tema central e predominantemente presente nos memorialistas que tratam da fronteira de Mato Grosso, no período de sua colonização, após a Guerra com o Paraguai (1864-1870). Dentre todos os autores analisados, Umberto Puiggari, um jornalista radicado na fronteira de Mato Grosso nos anos 1930, foi o que mais ênfase deu ao problema. Ao contrário dos demais, o autor não via, naquele momento, nenhuma possibilidade de mudança na fronteira, mesmo após a implantação do novo regime, instaurado com a Revolução de 1930. Por não acreditar que as instituições pudessem mudar o quadro histórico, não vislumbrou, possivelmente, qualquer papel que o novo governo, por meio de uma política que mudasse as estruturas econômicas e culturais, desempenharia para a superação da situação de violência que, com tanta força e indignação, narrou. Por isso, resumiu-se à exposição aberta dos problemas fronteiriços, gerados pela violência dos poderosos, pelo banditismo e pelo abandono do Estado. A obra de Puiggari, portanto, singularizou-se pela denúncia, traduzida como objetivo exclusivo e consciente do autor.

### Palavras-chave

Violência; Fronteira; Memória; sul de Mato Grosso.

### Abstract

*The current article raises the violence as the main issue presented by memorialists in Mato Grosso's border, in period of colonization after Paraguay war (1864-1870). Among all authors analyzed, Umberto Puiggari, a journalist rooted in Mato Grosso's border in the 1930s, was the researcher who gave more importance to the problem. Unlike others, he did not see any possibility of changes in the border even after the new regime implementation installed with 1930 revolution. Because he did not believe that institutions could not change the historical scenarios, he did not realize any role that the new government policy could change the economic and the cultural structures, in overrunning the violence situation which was narrated with so much strength and indignation. For that reason, he summarized an open exposition of the border problems, generated by the violence of powerful people, by the banditism and by the state abandon. Therefore, Puiggari's work is highlighted by its denounces and it is translated by the author's exclusive objective and conscience.*

### Keywords

*violence; boundary; memory; Southern Mato Grosso.*

A fronteira de Mato Grosso com o Paraguai<sup>1</sup> sempre foi referida por memorialistas, cronistas e historiadores como uma região violenta. Em levantamento e estudo<sup>2</sup> realizado sobre autores que produziram as primeiras obras sobre a fronteira, verificamos que a violência é sistematicamente mencionada por todos eles.

Essa violência foi gerada por inúmeros fatores que só podem ser compreendidos se analisadas as condições de ocupação da região.

O desenvolvimento econômico do sul do Estado e da fronteira se deu, mais sistematicamente, após a Guerra com o Paraguai (1864-1870), em razão de um contexto histórico marcado por uma nova fase do modo capitalista de produção, a fase monopolista. Essa etapa do capitalismo envolveu todo o universo, ocasionando uma nova forma de disputa por mercados.

No caso de Mato Grosso, impulsionou os investimentos no sul, facilitados pela liberação do Rio Paraguai à navegação. A Província de Mato Grosso, então, passou a ter maior contato com a região do Prata e com o mercado mundial, ao mesmo tempo em que via aumentar os investimentos e o fluxo de migrantes.

Nesse novo contexto, em regiões ainda pouco exploradas como as da fronteira com o Paraguai, limites logo foram demarcados para atender as necessidades de ocupação. A própria Comissão de Limites tratou de “liberar”<sup>3</sup> a área ocupada por grupos indígenas, dando lugar à exploração da erva-mate. Apesar da resistência,<sup>4</sup> grande parte da população indígena foi incorporada ao trabalho no campo, nas fazendas de criação de gado e nos ervais,<sup>5</sup> e uma pequena parte ficou confinada em reservas controladas por missionários das Igrejas Católica e Protestante.

Há também casos de grupos que foram totalmente dizimados ou se marginalizaram. Nesse processo, empresas constituídas pelo capital financeiro chegaram ao sul de Mato Grosso, monopolizando grande parte da produção. Segundo Alves<sup>6</sup> com a entrada dessas empresas em Mato Grosso, iniciou-se um processo de disputa pelo controle político entre os representantes das empresas monopolistas e os das casas comerciais. Para esse autor, antes da chegada das empresas monopólicas estrangeiras, a casa comercial dominava o cenário econômico regional. Seu papel não se restringia à comercialização de mercadorias depositadas nos portos mato-grossenses, pois, também, representava os bancos, inexistentes na região, intermediando os interesses do capital financeiro, as concessões e os investimentos regionais. Após esse período, a casa comercial foi substituída diretamente pelas empresas estrangeiras monopólicas, iniciando-se, assim, uma nova etapa na história econômica do Estado. A casa comercial, desde então, procurou retomar o seu poderio, o que se expressou, até as primeiras décadas do século XX, numa luta intensa contra os representantes do capital financeiro.

No contexto da disputa entre as frações da burguesia, compreende-se o fato de a instauração da República, em Mato Grosso, ter sido muito conturbada e instável, vindo a acirrar as lutas coronelistas já esboçadas antes mesmo da mudança desse regime, sobretudo com o surgimento de outros coronéis nessa nova frente de ocupação.<sup>7</sup> Observa-se que após a instauração da República, os conflitos se agravaram devido às mudanças na política de concessão de terras, que, de responsabilidade do governo imperial antes, passou para a alçada dos Estados. A disputa pelo controle político, em Mato Grosso, criou um clima violento e instável por várias décadas, principalmente, após a instalação da Companhia Matte Larangeira<sup>8</sup> na fronteira, empresa monopólica que explorou seus ervais nativos<sup>9</sup> e foi detentora de um arrendamento que teve em suas origens cinco milhões de hectares de terras. Com a afluência maior de migrantes, sobretudo de gaúchos<sup>10</sup> e paraguaios,<sup>11</sup> os poucos espaços que sobravam começaram a sofrer especulação ou a ser sistematicamente contestados pela Companhia Matte Larangeira, que necessitava transformar esses migrantes em força de trabalho para a exploração ervateira. A dificuldade de adquirir terras na fronteira levou muitos migrantes a se dirigirem para o Paraguai<sup>12</sup> ou tentarem a vida em outras regiões em que o acesso à pequena propriedade ainda era facilitado.<sup>13</sup>

Os paraguaios foram a principal força de trabalho na região e os trabalhadores especializados da empresa Matte Larangeira. Eram contratados em algumas povoações da Argentina, em locais de tradição ervateira, e no Paraguai, nas povoações de Concepción, San Pedro, Villa Encarnacion, Capilla-Horqueta, Villa Rica, San Miguel, Caazapá, Caa-guazú e Pedro Juan Caballero.<sup>14</sup> Instalavam-se nos domínios da empresa e iam contraindo dívidas sempre mais elevadas que seus salários, relação esta denominada de *escravidão por dívidas*. Essa relação foi muito utilizada não só na fronteira como em todos os locais em que as terras ainda não estavam totalmente sob controle. O trabalho compulsório, por exemplo, apesar de não expressar uma relação “desejável” numa sociedade que celebra o trabalho livre, foi a única forma que o capital encontrou para expandir e garantir a acumulação nos locais onde as terras eram livres e sem controle.<sup>15</sup> De fato, as terras já estavam sob controle no sul de Mato Grosso e no caso da exploração da erva-mate, havia outra razão para a adoção do trabalho compulsório: a necessidade de habilidade técnica no trabalho, algo que, nas origens, era um atributo exclusivo da população paraguaia.<sup>16</sup>

Segundo Corrêa<sup>17</sup> alguns migrantes paraguaios chegavam, também, pelo porto de Corumbá, não sendo raro o retorno deles ao país de origem, quando se deparavam com a falta de apoio do governo da província. Desde a década de 1870, era preocupação do Estado incentivar a colonização de Mato Grosso através da concessão de terras a colonos vindos de outros estados ou países. Para tanto, criara, nesse período, uma Agência de Colonização no município de Corumbá, responsável por atender aos imigrantes que

chegavam àquele porto. De acordo, ainda, com Corrêa, para efetivar seu plano de colonização, o governo provincial distribuía passagens gratuitas nos portos platinos até o porto de Corumbá. A maioria dos migrantes não conseguia se estabelecer, ou por não conseguir terras para se fixar ou por não conseguir trabalho naquela localidade e acabava retornando ou se marginalizando. Nas palavras do Agente de Colonização, os imigrantes que chegavam ao porto de Corumbá eram “uma gente pouco merecedora de favores [...] em sua quase totalidade refugio do Rio da Prata [...]” ou até mesmo “artistas e simples trabalhadores”.<sup>18</sup>

Os migrantes gaúchos travaram uma incessante luta para ocupar as terras cedidas por arrendamento, à Companhia Matte Larangeira. Coronéis contrários ao domínio dessa empresa se aliaram aos posseiros e a região transformou-se num barril de pólvora. Como afirmaram muitos viajantes e memorialistas, em Mato Grosso imperava a *Lei do 4.4.*<sup>19</sup> Além disso, fatores como o afastamento dos grandes centros econômicos, problemas de comunicação, grande extensão da fronteira seca, que permitia plena mobilidade de pessoas, bem como a dificuldade de controlar o contrabando, proporcionaram períodos bastante conturbados na vida dos habitantes fronteiriços. A violência tornou-se corriqueira e envolveu toda a população, que passou a conviver também com o banditismo. Dessa forma, o conflito aberto entre as frações da burguesia regional, desencadeado pela entrada dos monopólios e do capital financeiro em Mato Grosso, foi acirrado com a crescente migração de paraguaios e gaúchos, que desencadeou a luta pela posse da terra, no sul, intensificando os embates e a violência nas primeiras décadas do século XX.

Corrêa historiador que estudou o *banditismo* e o *coronelismo* em Mato Grosso, afirma que ambos os fenômenos eram bastante comuns na fronteira, sobretudo após o processo de ocupação. Para esse autor, as lutas armadas, bem como o *banditismo*, tiveram uma função econômica,<sup>20</sup> isto é, possibilitaram um *meio de vida*, benefícios, remunerações, desapropriações e saques para parte da população marginalizada da posse da terra e, até mesmo, para coronéis em *dificuldades*. Segundo o autor,

[...] mesmo após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu na região mato-grossense um clima de instabilidade e violência. Isso vale dizer que, no instante da reocupação e reconstrução das áreas fronteiriças, as leis de um modo geral passaram a ser sistematicamente violadas, ou simplesmente ignoradas, dando continuidade ao *clima de guerra* e a impunidade na região. Aparecem, assim, os primeiros focos de banditismo na região sul, às vezes perfeitamente delimitados pela concentração em determinadas fazendas, abandonadas ou arrasadas pela guerra, ou através de constantes ataques a boiadeiros, mascates e aos fazendeiros que tentavam reconstruir suas propriedades.<sup>21</sup>

Ainda conforme o autor, mesmo após a instalação da República no Brasil, não houve mudanças substanciais nas relações sócio-econômicas em Mato Grosso. Ao contrário, o

clima de instabilidade gerado pela disputa cada vez mais intensa pela posse da terra e pelo aumento do poder em âmbito local acirrou-se, dando espaço para o fenômeno político chamado *coronelismo*. Foi, inclusive, a partir desse período que se instalou na fronteira “um banditismo sem precedentes na história brasileira”.<sup>22</sup>

As disputas coronelistas na região só vieram reforçar ainda mais as condições favoráveis ao desenvolvimento do banditismo, envolvendo bandidos, não raras vezes, em lutas político-partidárias locais. O relacionamento direto ou indireto, declarado ou camuflado, entre *coronéis* e bandidos tornou-se, portanto, comum a todos os movimentos revolucionários a partir de 1891, de tal forma que, em relação a Mato Grosso, ambos os fenômenos *coronelismo* e banditismo não podem ser compreendidos separadamente.<sup>23</sup>

De fato, a relação coronel-bandido fora sempre contraditória. O envolvimento de bandidos nos processos *revolucionários* teve desdobramentos imprevisíveis, que escaparam ao controle dos coronéis. Estes tiveram que enfrentar seus ex-aliados, que se tornavam independentes dos seus antigos *chefes*. Para sobreviver a esse *clima*, era obrigatório andar armado; era raro alguém não dispor de armamento nas fazendas ou deixar de portar armas em situações bastante corriqueiras.

A disputa pelo poder entre as frações da burguesia e a luta pela terra, travada pelos posseiros, transformaram a região num local extremamente inseguro. Nesse período, foram constantes as práticas de mandonismo local, o *coronelismo*, a insegurança e manifestações de violência generalizada.

A partir da Revolução de 1930, algumas alterações de ordem sócio-econômica vieram modificar, em parte, o quadro de instabilidade na fronteira. Desde o início do Governo Vargas foi traçado o *Programa de Reconstrução Nacional*<sup>24</sup> que, segundo o discurso oficial, visava a aumentar a presença do Estado em todos os setores da vida nacional, para superar o grave desequilíbrio econômico causado pela queda de preços do café, prevenir o país contra outras possíveis crises e, sobretudo, integrar a nação e defender a sua soberania.

Segundo Corrêa,<sup>25</sup> as medidas que refletiu a proposta centralizadora do Governo Vargas foram sentidas na região, depois da instauração do Estado Novo e mais especificamente após o ano de 1939, quando se iniciaram o desarmamento na região e a perseguição a bandos e bandidos. Com as novas medidas, o poder dos coronéis foi desarticulado, evidenciando as novas determinações do Estado no Brasil.

Esse foi o panorama histórico em que se desenvolveu grande parte da produção historiográfica sobre a violência no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

De maneira geral, observamos que os primeiros estudos sobre a fronteira foram produzidos por moradores da região, intelectuais com formação ou exercício nas áreas de engenharia, direito ou jornalismo, algo comum no período em referência, dada à inexistência de profissionais especializados em história. Somente após a década de 1970, bacharéis e, graduados nessa área começaram a produzir pesquisas sistemáticas, desenvolvidas, sobretudo, em seus cursos de mestrado e de doutorado.<sup>26</sup>

O estudo detectou, também, dois tipos de produção: *Produção Memorialística e Produção Historiográfica*. Os memorialistas envolveram-se diretamente com as questões tratadas, foram protagonistas dos relatos e registraram impressões sobre o passado próximo ou sobre o presente, com base em suas lembranças, sem a pretensão de abordar a história de forma sistemática. Geralmente, escreveram sob a forma de crônicas e consultaram, sobretudo, fontes orais. Não revelaram rigor nas citações de suas fontes ou omitiram-nas inteiramente, o que não significa desinformação nem ausência de consultas, inclusive, às fontes escritas. Já os estudiosos relacionados na segunda categoria elegeram temáticas mais precisas ou se propuseram a escrever a história cronologicamente, procurando relatar os fatos de forma objetiva e retratando os acontecimentos desde o período de ocupação e colonização. Entretanto, mesmo tendo arrolado suas fontes, algumas vezes deixaram de manifestar o rigor desejável, não citando, por exemplo, as páginas de onde retiraram dados utilizados em suas análises. Observa-se, também, em certos casos, que as formulações desses estudiosos são meras repetições de suas fontes, pois raramente são flagradas iniciativas diferenciadas de interpretação. Na verdade, nem todos os historiadores analisados revelam o rigor desejável que a academia impõe.

Num trabalho publicado no ano de 1972, comentando sobre a historiografia regional, Valmir Batista Corrêa já assinalava a importância dos historiadores mato-grossenses, porém, observando, em alguns deles, deficiências quanto ao rigor e à interpretação.

[...] muitos estudos importantes foram realizados por historiadores mato-grossenses, contrastando com outros muitos que pecaram pelo amadorismo, falta de conteúdo e de uma análise interpretativa; assim é comum encontrarmos obras que são na verdade meras transcrições de fontes primárias, dentro de uma mentalidade de que a história é documento, não implicando em uma interpretação por parte do historiador.<sup>27</sup>

Numa outra publicação, em parceria com Lucia Salsa Corrêa, esse autor realizou um levantamento da produção historiográfica regional, ressaltando o aspecto heurístico dessas fontes<sup>28</sup>. Mais recentemente, numa descrição sobre a trajetória historiográfica sul-mato-grossense, reafirma a importância dessas fontes e ressalta que a fronteira de Mato Grosso do Sul “ainda encerra um tema aberto e inesgotável para novas pesquisas e estudos”.<sup>29</sup>

De fato, essa produção é significativa para o estudo dos problemas fronteiriços e são sistematicamente utilizadas pela academia como fonte para os seus trabalhos de pesquisa. Consideramos que é necessário usar o recurso da teoria a fim de que esses trabalhos sejam analisados e que sejam expostas suas contribuições.

Uma obra bastante utilizada pela historiografia para analisar a violência na fronteira com o Paraguai é *Nas fronteiras de Mato Grosso: terra abandonada*, de Umberto Puiggari, publicada em 1933, rica em detalhes sobre o cotidiano da violência fronteiriça, sobre os reflexos regionais da Revolução de 1930 e de 1932 e sobre as lutas travadas na fronteira pela posse da terra.

Embora sua obra seja bastante utilizada, o autor é quase desconhecido pela historiografia.

Recentemente, o historiador Valmir Batista Corrêa obteve algumas informações com Wilson Barbosa Martins, ex-governador de Mato Grosso do Sul e amigo de Puiggari. Martins doou ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul -IHGMS os originais da obra, escrita “no verso de papel timbrado da ‘Pharmácia Brasil de O. Jorge. Rua João Pessoa, 432, telephone 3’”,<sup>30</sup> e, segundo o seu relato, Umberto Puiggari seria o nome simplificado de Humberto Puiggari Coutinho. Depois de ter vivido por muito tempo em Mato Grosso, Puiggari mudou-se e fixou residência em Londrina – PR, de acordo com Corrêa.

Segundo Rosa,<sup>31</sup> Puiggari teria sido redator do Jornal *O Progresso* de Ponta Porã, fundado em 1920. Reis<sup>32</sup> registra a informação de que sua professora de 4º. ano primário em Ponta Porã, Juvelina Coutinho Gomes, era filha de Humberto Coutinho que, em 1933, juntamente com a família, teria se mudado para Londrina (PR). Importante observar que o ano de mudança da família coincide com o da publicação de *Nas fronteiras de Mato Grosso: terra abandonada: 1933*. Como, nessa obra, Puiggari fazia denúncias contra pessoas que cometeram crimes, citando inclusive os seus nomes, provavelmente teria se sentido mais à vontade para publicá-la após seu afastamento da fronteira.

Embora o autor tenha cuidado com a forma e pareça ter boa formação, afirma, de início, não ter pretensões literárias e cuidados com o estilo. A publicação do livro teria sido motivada por um desejo de “desvendar aos olhos do governo e do Brasil, esse mundo desconhecido, que é a fronteira com o Paraguay, dizendo as cousas como ellas são e unicamente dentro dos limites da verdade”.<sup>33</sup>

As fontes do autor são retiradas da oralidade e da observação direta. Não cita a historiografia ou fontes documentais escritas e nem mesmo obras literárias. Todas as histórias contadas, segundo ele, foram relatadas e confirmadas por vários e “antigos” moradores.



Faz questão de afirmar que, em respeito aos parentes daqueles que se encontravam mortos, trocou os nomes das pessoas que estiveram relacionadas aos fatos antigos, o que não ocorreu, segundo ele, com as pessoas envolvidas nos relatos de sua época. De fato, nos eventos relacionados à sua época são citados nomes e sobrenomes dos personagens, bem como o dia e o ano em que ocorreram os fatos. Seus contos, no entanto, não são meros relatos de seus depoentes, mas, registros das impressões do próprio autor sobre a região que habitava.

Puiggari se sobressai pelo estilo franco, direto e pelo tom de denúncia, características às quais se somam o inconformismo e a revolta. Expressões da violência cotidiana, as histórias sobre a fronteira são contadas com grande envolvimento do autor.

As crônicas referentes a vinganças, a violências contra a mulher, a assaltos, a conflitos de terras, a assassinatos, a crimes impunes, à exploração do trabalho e à escravidão, revelam a problemática da violência na fronteira. “Estimulados pela indiferença da polícia”<sup>34</sup> para o autor, os fronteiriços desconheciam a lei e a civilidade.

A miséria, a escravidão e a violência são expostas de forma aberta, diferenciando-se completamente da maior parte da historiografia que as mascara. O autor parece ter mais liberdade e autonomia para fazer duras críticas ao poder público que, na sua opinião, era totalmente omissa e injusto com o povo da fronteira, sobretudo com o trabalhador do campo, completamente desamparado por lei que lhe assegurasse uma existência mais digna.

A fronteira era um “mundo estranho”. O sub-título de sua obra expressa com exatidão o seu inconformismo: *terra abandonada*. Não há qualquer traço de esperança no autor; sua análise sobre a região é bastante pessimista.

Escrita três anos após a Revolução de 1930, a obra parece ser alimentada pelo mesmo sentimento de muitos intelectuais que não viram mudanças no governo revolucionário. As críticas de Puiggari indicam um forte desalento e uma profunda decepção com os compromissos assumidos pela Revolução de 1930. Sua descrença em relação ao poder dá o tom de revolta. Essa contrariedade é demonstrada, também, nas crônicas em que expõe as razões do apoio dos sulistas ao Movimento Constitucionalista de 1932. É possível notar, ainda, que, para ele, grande parte dos problemas, que gerava revolta e violência na região, derivava dos privilégios obtidos pela Companhia Matte Larangeira no controle econômico dos ervais.

A sua insatisfação com o regime instalado no Brasil, após a ascensão de Getúlio Vargas, pode ser observada, por exemplo, nas crônicas em que se refere aos trabalhadores da fronteira. Segundo ele, as conquistas dos trabalhadores só se tornaram realidade após greves ou revoltas e, mesmo assim, para aqueles que habitavam as cidades. No caso da

fronteira, a situação era mais grave, pois os trabalhadores do *caaty* (ervais) sofreram horrores pela falta absoluta de atenção dos poderes públicos. Puiggari entende essa situação como problema social. Os trabalhadores, para ele, não eram apenas os que se comportavam dentro da lei, mas, também, aqueles que viviam à margem dela: os bandidos, refugiados e desordeiros.

O autor, portanto, amplia sua visão sobre o que seria essa classe de desafortunados, nela incluindo também os “marginais”. A luta que travaram se expressava

Nos múltiplos cemitérios espalhados pelos pequenos campestres, cruces toscas de madeira, postas allí pelas mãos caridosas das mulheres paraguayas, assignalam os túmulos dos heróicos trabalhadores dos hervaes, mortos na lucha ingente contra a natureza bruta. Allí descansam, unidos, honrados chefes de família, rebuscadores do conforto para os entes queridos, que ficaram em terras distantes; os bandidos e os assassinos, que buscavam meios para se transportarem a outras plagas ou aplacarem o remorso no trabalho rude; o ambicioso e o também fracassado [...] Todos, porém, trabalhadores. Tombaram victimas do excesso de trabalho, da malária, da verminose ou da ulcera de Bauru... Maiores victimas ainda, da indiferença dos poderes públicos, dos legisladores, que somente cuidam dos operários dos grandes centros obreiros, porque sabem exigir o que desejam e necessitam, nos comícios ameaçadores, de motins e de grèves...<sup>35</sup>

A omissão do Estado em face dos crimes na região é apontada com grande indignação. Para exemplificá-la, o autor recheia sua obra com casos de violência e impunidade. Retrata figuras que matavam sem o menor constrangimento, como o bandido correntino Franck Six Moritz, o Sismório, “homem irascível” (sic) que havia matado 25 pessoas: “14 em Matto Grosso e 11 na Argentina”.<sup>36</sup>

De acordo com Puiggari, Sismório chegou em Mato Grosso no ano de 1906 e, desde então, teria realizado vários crimes “sem que o governo se commovesse”.<sup>37</sup> Sismório, segundo o autor, somente foi capturado e morto no Rio Grande do Sul, no ano de 1911, por ter matado em Mato Grosso o irmão de um intendente de São Borja.

Outros casos de bandidos ou de crimes fúteis são narrados, como o de um rapaz que teria sido morto por ter pedido um cigarro a um velhote. Histórias de pessoas que morriam em brigas geradas em casas de jogo, nos prostíbulos ou nas *carreiradas* (corridas de cavalos) fronteiriças também são frequentes.

A escravidão nos ervais é um outro tema abordado com frequência, bem como a luta pela posse de terra, refletida, sobretudo, nos conflitos dos posseiros com a Companhia Matte Larangeira. Sobre a luta pela posse da terra, há uma importante crônica de Puiggari, denominada *Um levante nos hervaes: morte de um bravo e nobre conscripto*, que trata da história de João Christiano Ortt, filho de um norueguês que teve suas posses contestadas pela Companhia Matte Larangeira. Ortt herdou do pai os problemas com a Companhia e,

depois de muita perseguição, reuniu um grupo de rebeldes, que, em 1932, atacou a empresa. Com o pretexto de haver um levante comunista nos ervais, a referida empresa solicitou a ajuda da polícia local e “do general Bertholdo Klinger, commandante da Circunscrição Militar”<sup>38</sup> que “jogou as forças militares da fronteira” no conflito e sufocou a revolta. O líder rebelde acabou se refugiando no Paraguai. Sobre sua sorte, lastima Puiggari: “pobre João Ortt... elevado à dignidade de chefe comunista, sem saber mesmo até hoje o que venha a ser comunismo”.<sup>39</sup> Seus companheiros foram barbaramente assassinados.

Puiggari demonstra, também, o preconceito existente contra os paraguaios, na região, numa crônica em que relata assassinatos cometidos contra trabalhadores camponeses. A história se passa com três trabalhadores paraguaios convocados para lutar na Guerra do Chaco. Como não tinham dinheiro para chegar até o Paraguai, foram empregados por um estancieiro que lhes pagava com mantimentos. Desconfiados, os trabalhadores resolveram indagar: *Será que el patron no tiene plata?* Essa pergunta trouxe desconfiança para o estancieiro que pensava tratar-se de bandidos. Segundo Puiggari, o referido estancieiro consultou a autoridade “de emergência” manifestando sua desconfiança em relação aos “três estrangeiros”.<sup>40</sup> Todos eles foram “passados pelas armas sem forma de processo”, denotando que a justiça fazia *vistas grossas* aos direitos da população do país vizinho, sobretudo em se tratando de camponeses.

O autor retrata, ainda, as revoltas coronelistas da região. Afirma que no “sul de Mato Grosso, principalmente em Ponta Porã, o povo sempre viveu em agitação”.<sup>41</sup> A falta de segurança, decorrente das rivalidades geradas pelas disputas entre coronéis, bem como das perseguições e torturas ao eleitorado contrário aos coronéis vitoriosos, fazia parte do cotidiano fronteiriço. O poder instalado em Cuiabá, por seu turno, “dava mão forte a essa perseguição, enfraquecendo e dividindo os coronéis do sul”.<sup>42</sup>

Como afirmamos, o livro em consideração é, também, uma importante referência para a compreensão da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932, bem como da ação de seus articuladores na fronteira.

Puiggari relata que, embora a população fronteiriça simpatizasse com a campanha da Aliança Liberal, votou, paradoxalmente, no candidato Julio Prestes, indicado pelo Presidente do Estado, Annibal de Toledo. Esse foi, inclusive, o comportamento dos gaúchos<sup>43</sup>, que, dessa forma, contrariavam a política dos “amigos da Empresa Matte”, que trabalharam em prol de Getúlio.<sup>44</sup>

No acceso da lucta, porém, ninguém era por Prestes ou Vargas. O que se ouvia era isto:

- Eu vou com a Empresa
- Eu voto com o Annibal.<sup>45</sup>

Annibal de Toledo, de acordo com o autor, na tentativa de cooptar os gaúchos, prometeu-lhes terras na região de Caarapó. Contudo, a Lei que criou o Patrimônio de Caarapó foi anulada, pouco tempo depois, por uma resolução do mesmo Presidente Annibal de Toledo, transferindo a sede desse distrito para outro local. Os colonos gaúchos, segundo Puiggari, foram, então, expulsos pelos capangas da Matte.

Surgiu o boato, indeciso e vago, de que a lei que instituiu o patrimônio de Caarapó seria annullada, voltando o terreno todo novamente às mãos da Empresa Matte. O boato tomou vulto e, da sede da Empresa, o paraguayo Adán Godoy e outros seus patrícios mandavam as ordens de despejo. O povo não acreditava e tinha uma fé vivíssima no seu grande amigo Annibal de Toledo. Um dia a bomba explodiu. A “Gazeta Oficial” publicava o decreto transferindo a sede do Districto e annullando a concessão do patrimônio de Caarapó, deixando os seus habitantes ao desamparo, no prejuízo das bemfeitorias e privados do direito adquirido, ferindo de frente o princípio constitucional da não retroatividade das leis. O decreto que extinguiu o patrimônio e a povoação do Caarapó, foi um acto de prepotência e injustiça pelos motivos expostos, e mais porque, sendo uma simples resolução presidencial, annullou revolucionariamente uma Lei da Assembléa Legislativa.<sup>46</sup>

Como já foi exposto, desde o final do século XIX, inúmeras famílias gaúchas se encaminharam para o sul de Mato Grosso, via Argentina e Paraguai, fugindo da crise desencadeada pela Revolução Federalista de 1893. Instalaram-se na fronteira e logo se envolveram em vários conflitos coronelistas e lutas pela posse de terras com a Matte Larangeira. Os gaúchos se transformaram em massa de manobra dos comerciantes matogrossenses e foram manipulados com promessas de posses de terra e de apoio político, nem sempre cumpridas.

Além disso, outras causas podem ser apontadas para a derrota da Aliança Liberal nas eleições de 1930. Num capítulo intitulado *O sul de Mato Grosso não é contrário ao dictador*, o autor expõe as razões.

O sr. Getúlio Vargas, desde que se apresentou candidato á presidência da Republica constituiu para o povo do Sul uma grande esperança. Era o reformador esperado, aquelle que viria melhorar os destinos da grande zona meridional, influindo na formação de um governo estadual, capaz de comprehender que o futuro de Mato Grosso dependia, em grande parte, desse punhado de municípios entregues a si mesmo e vistos unicamente como fatores de renda nos orçamentos [...] quando se feriu o pleito eleitoral, o numero dos que suffragaram o nome do candidato gaúcho foi verdadeiramente insignificante, sem que isso importasse em uma repulsa. É que o medo de desgostar o governo de Cuyabá teve, no caso, real influencia [...] por outro, tivemos a impericia dos encarregados da propaganda eleitoral em Mato Grosso, os quaes usaram e abusaram de processos contraproducentes em que avultavam os insultos aos filhos dos demais estados, com exceção de Minas e da Parahyba [...] Houve na propaganda do candidato liberal, no Sul de Matto Grosso, em vez de uma campanha eleitoral, uma violenta e desbragada exhibição

de um regionalismo vermelho e cruel, estomagando os próprios riograndenses, que no estado viviam, dando lugar às muitíssimas abstenções e votos contrários dos gaúchos, que não desejavam desgostar a terra de seus próprios filhos.<sup>47</sup>

Dessa forma, para Puiggari, não havia rejeição a Vargas, ainda que tivesse sido preterido nas eleições de 1930.

Até mesmo a participação do sul na Revolução Constitucionalista de 1932, segundo ele, não significou aversão, repulsa ou crítica ao governo Vargas. Para o autor, era uma necessidade de chamar a atenção aos problemas do sul, protestar contra o governo estadual e mudar a situação de abandono na fronteira.

Escrevendo logo após os acontecimentos da Revolução de 1932, o autor colocou-se ao lado dos constitucionalistas, expondo os principais motivos que levou parte da população fronteiriça a lutar ao lado de São Paulo.

Segundo ele, a crença na Revolução Constitucionalista era grande, havendo muita expectativa de que uma nova constituição pudesse dar garantias ou tranquilizar a “desordem” política instalada na região. Puiggari revela que o “norte era indiferente” ao clima de insegurança, bem como aos problemas vividos pelo povo, dentre eles, os altos índices de criminalidade. A justiça estadual, para Puiggari, era “uma bella figura orçamentária” num local em que “a lei era a vontade do mais forte”.<sup>48</sup>

O autor relata que, após a Revolução de 1930 e, em especial, após a Revolução de 1932, no período em que ainda não se iniciara a reorganização das instituições, houve um aumento da desordem, sobretudo em Ponta Porã. As autoridades, segundo ele, ainda não haviam se entendido ou os cargos estavam em suspensão, esperando a confirmação legal. Sendo assim, eram muitos os que mandavam. A população depositava esperanças no Interventor Leônidas de Matos, acreditando que ele pudesse restabelecer a ordem legal, dando fim à confusão reinante. A instabilidade era tanta que bandos armados se aproveitavam da situação e saqueavam, matavam e torturavam em *nome de Vargas*. Puiggari afirma que esses desordeiros eram denominados *bochinheiros*<sup>49</sup> pela população fronteiriça.

Indivíduos de vida parasitária na campanha fronteiriça, verdadeiros empreitadores de desordens, sem fé nem lei, provocadores e bandidos, aos quaes o povo deu a denominação de *bochinheiros* (...) quando farejam uma revolução, retraem-se. Pacientemente esperam, pesquisando as estradas, sempre do lado do Paraguay, que a victoria se pronuncie, afim de tomarem partido.<sup>50</sup>

Puiggari conta a história de uma dessas quadrilhas, denominada “Turma-sinistra”. A referida quadrilha tornou-se conhecida pelas depredações, mortes, roubos, saques, incêndios, etc, cometidos contra pequenos agricultores, roceiros, comerciantes e fazendeiros. Os delitos eram justificados, segundo Puiggari, em “nome” de Getúlio. Logo após esses

episódios, esses quadrilheiros se tornaram funcionários públicos “por decretos federais ou estaduais”.<sup>51</sup> Isso trouxe mais revolta ao povo da fronteira, que não sentiu o efeito de moralização por parte da revolução e do Governo Vargas.

Ainda sobre a instabilidade política reinante na região, é significativa a história de um pequeno proprietário agrícola que, afastado de sua propriedade por ter dado abrigo aos constitucionalistas, desejava se apossar novamente de suas terras. Pedira, então, ajuda a um *cavalheiro* que tinha amigos influentes. Este alegou nada poder fazer por ele, já que seus amigos não tinham mais autoridade, e sugeriu ao pequeno proprietário que procurasse o delegado de polícia. Apesar de sua boa vontade, este demonstrou ser inócua qualquer tentativa de proteção do direito em referência. Daí, concluiu o interessado:

Elle [delegado] poderá dar-me a desejada garantia, mas infelizmente os que mandam são muitos e não respeitam as deliberações ou as ordens de uns para os outros [...] meu sítio está fora da cidade, em plena fronteira e alli eu tenho que haver-me (sic) com um sub-delegado sem nomeação legal, a guarda aduaneira estadual, destacamentos de forças irregulares e commandados por gente desconhecida e até por patrulhas de gente do exército, ou que se diz do exército, sem commando. Isto para não fallar em grupos de civis que se dizem auctoridades. Todos com absoluta independência de mando e exercendo, cada um por sua conta e arbitrio funções policiaes, para não dizer inquisitoriaes.<sup>52</sup>

A crítica ao regime revolucionário de 1930 se expressa também numa de suas crônicas, intitulada A magistratura em trampolim, que se refere à instabilidade dos cargos de juizes ou desembargadores. Segundo o autor, o *trampolim* era uma prática trazida pelas “novas idéias da revolução de 1930”, sobretudo “no Matto Grosso meridional”, em que a demissão de juizes ocorria “sem a menor formalidade processual”.<sup>53</sup> Esses profissionais tinham de *saltar* do cargo, caso desagradassem os chefes locais.

O verbo intransitivo saltar,(sic) tomou no estado um novo significado em relação aos magistrados; passou a exercer as funções do verbo transitivo demittir. Um juiz de direito ou um desembargador não era demittido: *saltava* [...]. O Interventor, lá de Cuyabá, mandava o impulso pelo telegrapho; vinha em forma de decreto [...].<sup>54</sup>

A conseqüência desses atos resultou em apoio daqueles magistrados ao movimento constitucionalista, pois se sentiam impotentes para garantir a lei na região.

Muita vez, comparecia perante o juiz de comarca, um seu jurisdicionado e perguntava:

- Doutor, o coronel fulano está invadindo minhas terras, será que terei garantias para promover uma acção contra elle?

Ou então:

- Doutor, queimaram o tapume de minha roça. Eu venho pedir justiça e trago esta queixa-crime.

- O delegado que disse? Nada? Olhe: o melhor é esperar a Constituição.<sup>55</sup>

Para Puiggari, esta era “a maior, a mais perfeita, a mais produtora propaganda constitucionalista”. Os juizes, segundo ele, não pegaram em armas, mas, revoltados com a falta de garantia e instabilidade para trabalhar, fizeram campanha contra a ditadura.

Não foram é verdade, os magistrados para as linhas de frente, mas contribuíram poderosamente para que, no sul de Mato Grosso, o movimento revolucionário tivesse a eficiência que teve pondo em cheque as fortes columnas dictatorias em todos os sectores, até o fracasso de São Paulo. Basta a esse respeito salientar que, em Mato Grosso, os constitucionalistas nunca tiveram uma derrota.<sup>56</sup>

É patente a adesão de Puiggari às idéias da burguesia regional ligada ao movimento constitucionalista no Estado. O autor relata, inclusive, duas histórias referentes aos Barbosa, uma das famílias mais influentes do sul do estado,<sup>57</sup> de onde saíram expressivos integrantes deste movimento em Mato Grosso.

Uma delas, intitulada *Um menino prisioneiro de guerra*, conta a história de Barnabé Barbosa, filho de um dos pioneiros da família, que havia sido capturado durante a Guerra do Paraguai e, por cinco anos, se tornara prisioneiro neste país. Os Barbosa chegaram em Mato Grosso no ano de 1835 e povoaram a região próxima à fronteira, denominada de Vacaria.<sup>58</sup> Durante a Guerra com o Paraguai, a exemplo de Barnabé Barbosa, outros membros dessa família foram capturados e tornaram-se prisioneiros de guerra.

O autor foi amigo de Vespasiano Barbosa Martins, que lhe apresentara o próprio Barnabé para uma conversa. Entusiasmado com as histórias do representante da família Barbosa, Puiggari escreveu uma crônica denominada *Os Barbosas*. O autor relata a história da chegada dos Barbosa em Mato Grosso, as primeiras providências para a migração e a fixação na região. Segundo o autor, essa família era a mais importante e a mais numerosa que habitava Mato Grosso, compondo-se, à época, de 4.500 pessoas. Sua importância não residiria somente no poder econômico, mas, também, no pioneirismo desses “primeiros povoadores da grande extensão de terra compreendida entre o Paraná e o Paraguai”.<sup>59</sup> Conforme o autor, as informações obtidas sobre os Barbosa foram retiradas da oralidade, algo “conscientemente feito”, mesmo admitindo que a exposição dos fatos poderia ser falha em algumas datas ou acontecimentos.

Como se verifica, mesmo registrando casos de violência na fronteira, a obra em referência não pode ser resumida a uma descrição pura e simples dos crimes lá cometidos. Puiggari se diferencia dos demais autores da região pela coragem de denunciar o descaso governamental e as causas da violência. Revela, também, acuidade e sensibilidade ao descrever a conjuntura e os problemas sociais da fronteira.

Puiggari produziu uma obra rica, do ponto de vista documental, permeada pelas contradições de sua época. É importante fonte para o estudo da história da fronteira com o

Paraguai nos anos 1930 e, em especial, do movimento constitucionalista no Estado, das raízes do movimento divisionista, bem como da oposição política à Companhia Matte Larangeira. É uma obra de memória e, dentro desses limites, deve ser compreendida.

Umberto Puiggari foi o mais incisivo na crítica, o mais direto e franco ao denunciar a violência encetada contra os trabalhadores fronteiriços. Foi ele quem expôs, de maneira mais contundente, a violência e o abandono da fronteira. Denunciou inúmeros casos de violência e chegou a vincular as suas causas a problemas sociais mais amplos. De fato, Puiggari viveu na cidade de Ponta Porã e parece ter aderido à crítica à Matte, que circulava entre os pequenos proprietários urbanos. Ele próprio era um pequeno comerciante, dono de uma farmácia. Por isso, expôs fatos e citou os nomes dos envolvidos nos crimes, por trás dos quais sempre diviso a poderosa Companhia Matte Larangeira. Sua ironia à versão que transformou João Ortigão em líder comunista, fato que interessava à Companhia, é algo que comprova sua visão política descomprometida com essa empresa monopólicia. Também não poupou críticas ao Governo Vargas e aderiu às idéias defendidas pelos revolucionários de 1932 no Estado de Mato Grosso.

Dentre todos os autores analisados, Puiggari foi o único que não acreditou que o Estado pudesse alterar as condições da violência. Ao contrário dos demais, o autor não via, naquele momento, nenhuma possibilidade de mudança na fronteira, mesmo após a implantação do *novo* regime, instaurado com a Revolução de 1930. Por não acreditar que as instituições pudessem mudar o quadro histórico, não vislumbrou, possivelmente, qualquer papel que o novo governo poderia desempenhar para a superação da situação de violência que, com tanta força e indignação, narrou. Por isso, resumiu-se à exposição aberta dos problemas fronteiriços, gerados pela violência dos poderosos, pelo banditismo e pelo abandono do Estado. A obra de Puiggari, portanto, singularizou-se pela denúncia, traduzida como objetivo exclusivo e consciente do autor.

*Recebido em janeiro/2009; aprovado em abril/2009.*

### *Notas*

\* Doutora e Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS/Campo Grande. E-mail: carla.centeno@uol.com.br e carlacent@hotmail.com

<sup>1</sup> O espaço correspondente à fronteira com o Paraguai, no período em estudo, localizava-se no extremo sul de Mato Grosso, compreendendo os municípios de Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Ponta Porã, Maracaju, Entre Rios e Nioaque. Hoje, esse território se localiza no Estado de Mato Grosso do Sul e envolve os municípios de Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Bonito, Laguna Carapã, Juti, Rio Brillhante, Sidrolândia, Glória de Dourados, Taquarussu, Naviraí, Antonio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Amambaí, Nioaque, Caracol, Jardim, Dourados, Maracaju, Bodoquena, Coronel Sapucaia, Paranhos, Tacuru, Iguate-



mi, Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo. Todos se situam na *faixa de fronteira*, espaço compreendido por 150 km., a partir da linha divisória, segundo o artigo 20, § 2º da Constituição Federal de 1988. Ver em: CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)*. Campinas-SP: [s.n.], 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

<sup>2</sup> CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)*. Campinas-SP: [s.n.], 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

<sup>3</sup> Partindo da região do rio Apa até o Salto das Sete Quedas (Guaíra), os trabalhos da comissão foram iniciados em 16 de agosto de 1872 e terminaram em 24 de março de 1874. Grande parte do reconhecimento das terras, que permaneciam em litígio entre o Brasil e o Paraguai, foi feita pela comissão de limites. A missão de demarcação de limites e “desocupação” da área foi chefiada pelo Major Antônio Maria Coelho, que utilizou para esse fim cerca de 50 praças da infantaria e 10 de cavalaria. Ver em CENTENO, op. cit, p. 45.

<sup>4</sup> “As constantes correrias indígenas ameaçavam inúmeros proprietários e foram, por muito tempo, consideradas como verdadeiras barreiras para a colonização de Mato Grosso. O problema era encarado com tamanha gravidade que, no ano de 1881, o Barão de Maracaju, ao realizar um relato sobre os problemas administrativos de sua gestão ao seu sucessor, alerta sobre a extrema dificuldade em resolver os problemas dos ataques indígenas no interior. As correrias indígenas, segundo o Barão, tinham aumentado de proporção “[...] especialmente de 1854 em diante, pelo descuido dos lavradores e pela falta de resolução para persegui-los após os ataques [...]” (MATO GROSSO, 1881). Considerando os precários levantamentos realizados à época e a baixa densidade demográfica da província, o número de vítimas referentes aos ataques indígenas, relacionado pelo ex-presidente, é significativo: de 1875 a 1880 teria havido um total de 204 mortos e 43 feridos. Há várias referências na historiografia sobre a luta travada entre os primeiros “desbravadores” e os indígenas da fronteira. Ver em CENTENO, op. cit. Hélio Serejo pode ser apontado como uma importante referência para o estudo desse processo. Diz esse autor: “Tomaz Laranjeira, durante anos a fio, na fase difícil da implantação dos trabalhos da elaboração do mate, teve que se empenhar em duras refregas contra os índios habitantes da região, tais como: *cayuaís, guaycurus, mbaiás, Kynuas, ahins, humegais, guatós, nuaras, guapís*, e mesmo os arditos e traiçoeiros *chavantes*, bem como os *teis errantes*. Estes silvícolas – verdadeiros donos da terra – nessa época, já faziam uso intensivo da caá [erva-mate]. Como aí viviam, embora “guerreando” entre si, achavam-se com direito de defender as *matas, os campos, as aguadas e os ervais nativos*. Estes aborígenes, que ocupavam a faixa da fronteira entre os rios Iguatemi e Pardo, *totalmente selvagem* – segundo vários historiadores, inclusive paraguaios – possuíam espantosa versatilidade, uma vez que, *conforme a conveniência do momento*, ora se diziam brasileiros, ora paraguaios.” Ver em SEREJO, Hélio. Carai. In : *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986, p. 107-108, grifos do autor.

<sup>5</sup> Segundo Serejo, as tribos Teis e Caiuá foram aproveitadas no trabalho dos ervais nas primeiras explorações de erva-mate: “a industrialização da erva-mate, mais se incorpora de ano para ano, com o aumento considerável de peões paraguaios e correntinos, bem como índios das tribos Teis e Caiuás. Reduzidíssimo, o número de brasileiros.” Id. *Ibid*, p. 36.

<sup>6</sup> ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história – 1870-1929: Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 61, 2º semestre, 1985, p. 5-61.

<sup>7</sup> Ver em CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande, MS, Editora UFMS, 1995.

<sup>8</sup> Os ervais na fronteira de Mato Grosso começaram a ser explorados no final da Guerra da Tríplice Aliança (1864 - 1870), em uma vasta região do cone sul do Estado de Mato Grosso. Tomáz Laranjeira, tendo participado como fornecedor de alimentos para os combatentes desta Guerra, conseguiu, em 1882, permissão do governo imperial para explorar a erva-mate da região. Apesar de não ter sido o único a explorar ervais na região, Laranjeira obteve mais benefícios e monopolizou por mais tempo essa atividade. No ano de 1892, Laranjeira se associou aos irmãos Murtinho, poderosa família de políticos locais e maiores acionis-

tas do Banco Rio e Mato Grosso, formando a Companhia Matte Larangeira. Configurou-se, pela primeira vez em Mato Grosso, a interferência do capital financeiro na produção. Através do favorecimento político, essa Companhia chegou a arrendar cerca de 5 milhões de hectares, tendo sido essa área reduzida, em 1916, para menos de 2 milhões. Com sede em Buenos Aires, tornou-se uma potência na região do Prata. Essa empresa teve uma importante atuação na economia mato-grossense, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado. Como resultado, passou a exercer um controle político e econômico muito grande na região. Além de controlar toda a região que circundava seus domínios, esteve ligada à política local e nacional, exercendo grande influência e indicando aliados para participar das decisões parlamentares. Possuía direito e exclusividade de exploração de todos os rios e Portos que estavam em seu arrendamento, dispunha de uma estrada de ferro de sua propriedade, que ligava Guairá a Porto Mendes, e as instalações do referido porto, além de possuir polícia e moeda própria em seus domínios. Em 1929, ocorreu uma separação entre a empresa argentina e a situada no Brasil. No entanto, a maioria das ações era ainda de posse da empresa estrangeira. Após a década de 1930, devido à política nacionalista de Vargas, seus sócios procuraram nacionalizar a empresa. A década de 1930 foi desfavorável à empresa e à produção ervateira como decorrência da crise econômica e política. Afetada profundamente, o resultado foi a diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção. Também nessa época, o governo de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia, que monopolizava grandes extensões. Contudo, seu declínio acentuou-se após a auto-suficiência da produção dos ervais argentinos. Ver em CENTENO, op. cit

<sup>9</sup> “Os ervais nativos estendiam-se desde a foz do rio Pardo no rio Paraná, por este até a Sete Quedas, percorrendo a linha de fronteira com o Paraguai até Ponta Porá e pela Serra de Maracaju até os limites atuais do município de Sidrolândia, daí pelo rio Pardo até a sua foz no rio Paraná.” ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP, 1989.

<sup>10</sup> Os migrantes gaúchos se dirigiram para a fronteira a partir dos anos 1890, fugindo da crise política e econômica instalada pela Revolução Federalista de 1893, conflito que arrasou as posses de muitas famílias no Rio Grande do Sul. Vieram como produtores independentes para explorar os ervais nativos e para criar gado. Encontraram grande parte da região ocupada pela Matte Larangeira e entraram em luta pela posse da terra.

<sup>11</sup> Os paraguaios começaram a migrar para o sul de Mato Grosso no final de Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), movidos pela grande instabilidade que se instalou nos anos seguintes no Paraguai. A maior parte veio pela fronteira seca e constituiu o maior contingente estrangeiro da fronteira. Era formada, sobretudo, por camponeses expropriados que, não tendo capitais para adquirir terras, transformaram-se em trabalhadores ervateiros. Muitos foram trazidos “à força” ou eram contratados no Paraguai num sistema que foi denominado na fronteira de *escravidão por dívidas*. ver em: CENTENO, op. cit, Embora não houvesse controle oficial da entrada desses trabalhadores, há registros de que só a empresa Matte Larangeira mantinha cerca de 3.000 paraguaios em seus domínios.

<sup>12</sup> Caso do italiano Eugênio Penzo, que, tendo dificuldades de fundar uma colônia em Antonio João, comprou terras no Paraguai e lá fundou seu empreendimento. Ver MATTOS, Gerônimo de A. Entrevista. In: MATO GROSSO DO SUL. *A História dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais*. Campo Grande, Gráfica do D.S.P./MS, 2000. p. 9.

<sup>13</sup> Apesar de a tendência para o desenvolvimento da grande propriedade ser inerente ao modo de produção capitalista, o fato de haver na fronteira apenas uma única empresa controlando todo o chamado cone sul do estado parece ter sido algo singular nesta região. Esse fato não ocorreu na região de Corumbá, por exemplo, logo no início de sua ocupação. Segundo Corrêa, op. cit. p. 43, “a ocupação do Pantanal deu-se muito mais pela disponibilidade de terras do que pelo poder aquisitivo de seus desbravadores”.

<sup>14</sup> SEREJO, Hélio. Carai in Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul. Campo Grande. Instituto Euvaldo Lodi, 1986, p. 94.

<sup>15</sup> Em Teoria moderna da colonização, capítulo de O capital, Marx afirma que, diferentemente da Europa, o capitalismo encontrava barreiras nas colônias americanas, pois aí as terras se encontravam, ainda, prati-

camente inexploradas e livres. “Uma colônia livre se caracteriza por serem comuns grandes extensões de seus territórios, podendo cada colonizador transformar um pedaço de terra em sua propriedade privada e meio individual de produção, sem impedir o que vem depois de fazer a mesma coisa. Este é o segredo do florescimento das colônias quanto do mal que as devora, sua resistência à colonização do capital.” MARX, Karl., 9.ed. São Paulo, Difel, 1984, v.2, p. 887.

<sup>16</sup> CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e trabalho na fronteira: estudo histórico sobre o trabalhador ervateiro. (1870-1930)*. 1ª ed. Campo Grande, Ed. UFMS, 2008. (Série Fontes Novas)

<sup>17</sup> CORRÊA, Lúcia Salsa. *A fronteira na história regional - o sul de Mato Grosso (1870-1920)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1997, p. 286.

<sup>18</sup> FONTOURA, *apud* *ibid*, p. 286.

<sup>19</sup> Expressão utilizada para explicar a situação de violência na fronteira, onde as desavenças e injustiças ficavam impunes e eram resolvidas pela lei do mais forte, ou seja, daquele que resolvia seus problemas com o revólver **calibre 44**.

<sup>20</sup> Nesse ponto, é importante relembrar a discussão de Marx, realizada em *Teorias da mais-valia* (1980, pp. 382-383), acerca das funções do criminoso na sociedade capitalista. Desse modo, esta análise poderia servir de parâmetro para entender o aumento da criminalidade nos dias atuais.

<sup>21</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande, MS, Editora UFMS, 1995, pp. 29-30.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 32

<sup>24</sup> VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil: da Aliança Liberal às realizações do 1º. Ano de Governo (1930-1931). Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, vol. I, pp. 72-73.

<sup>25</sup> CORRÊA, *op.cit.*, p. 40

<sup>26</sup> Os cursos de pós-graduação em História, de acordo com Fico e Polito surgiram a partir da década de 1970 e só foram se consolidar a partir dos anos de 1980. Ainda segundo esses autores, o curso de graduação de história foi criado em 1934, na Universidade de São Paulo, a partir da reforma universitária da década de 1930. Ver: FICO, Carlos, POLITO, Ronald. *A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica*. Outros Olhares, Campinas, v. 1, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 1996. Em Mato Grosso do Sul, só a partir dos anos 1970 foram criados cursos de História na Universidade Estadual de Mato Grosso - UEMT, transformada depois em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

<sup>27</sup> CORRÊA, Valmir Batista. A situação da pesquisa histórica em Mato Grosso. In: *Dimensão*. Universidade Estadual de Mato Grosso. Centro Pedagógico de Corumbá. Corumbá, Ano II, n. 2, nov, 1972, p. 58.

<sup>28</sup> CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e historiografia de uma região*. [s.n.]: Corumbá, 1985, p. IV.

<sup>29</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Fronteira oeste*. 2.ed. (rev.ampl.) Campo Grande, Editora UNIDERP, 2005, p. 162.

<sup>30</sup> *Ibid*, p. 173.

<sup>31</sup> ROSA, Pedro Ângelo da. *Resenha histórica de Mato Grosso (fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande, MS, Ruy Barbosa, 1962, p. 53.

<sup>32</sup> REIS, Elpídio. *Ponta Porã, polca, churrasco e chimarrão*. Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1981, pp. 71-72

<sup>33</sup> PUIGGARI, Umberto. *Nas fronteiras de Mato Grosso: terra abandonada...* São Paulo, Casa Mayença, 1933, p. 7.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 90.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 9 e 23.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 117.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>41</sup> Ibid., p. 35.

<sup>42</sup> Ibid., p. 23.

<sup>43</sup> Apesar de o autor afirmar que os gaúchos votaram contra Getúlio, há registros da historiografia de que os mesmos aderiram a Vargas, durante a campanha da Aliança Liberal e na Revolução de 1930, lutando também ao lado das forças governistas na Revolução de 1932. Pedro Ângelo da Rosa, tratando da campanha da Aliança Liberal, afirma que os gaúchos, tanto de Ponta Porã quanto de Bela Vista, apoiaram Vargas. Provavelmente, eram fazendeiros que já possuíam suas posses garantidas, enquanto que Puiggari parece referir-se aos gaúchos sem posses.

<sup>44</sup> Ibid., p. 80.

<sup>45</sup> Ibid., p. 80.

<sup>46</sup> Ibid., pp. 82-83.

<sup>47</sup> Ibid., pp. 165-167.

<sup>48</sup> Ibid., p. 5.

<sup>49</sup> Segundo Serejo, esses elementos, não conseguindo trabalho, divertiam-se com *musiqueada* (baile) que, na fronteira, recebe a denominação de *bochincho* in CORRÊA, op.cit., p. 165.

<sup>50</sup> PUIGGARI, op.cit., p. 92.

<sup>51</sup> Ibid., p. 96.

<sup>52</sup> Ibid., p. 98.

<sup>53</sup> Ibid., p. 161.

<sup>54</sup> Ibid., p. 162.

<sup>55</sup> Ibid., p. 163.

<sup>56</sup> Ibid., p. 164.

<sup>57</sup> A crise dos anos 1920/30 constituiu novas forças políticas em Mato Grosso, a exemplo dos pecuaristas do sul, envolvendo famílias como os Barbosa Martins, os Coelho Machado, os Dolor de Andrade, os Alves Ribeiro, e as camadas médias ligadas à burocracia do estado, como os Müller, que entraram na disputa pelo poder com as forças políticas que estavam ligadas ao comércio e ao capital financeiro, como Pedro Celestino Correa da Costa e Azeredo, dentre outros. Ver: BRITO, Silvia Helena Andrade. Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954). Campinas, 2001. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, 2001, pp. 40-41.

<sup>58</sup> Segundo Puiggari, op. cit., p. 144, essa área era denominada pelos índios de Erê. Abrangia “toda a região alta do planalto da serra de Maracajú”. Encontrando no local sessenta vacas e um touro sem marca de propriedade, os Barbosa incorporaram as reses ao seu patrimônio e designaram a região de Vacaria.

<sup>59</sup> PUIGGARI, op. cit., p. 133.